

Flávio Croce Caetano

Secretário de Reforma do Judiciário

SRJ
Secretaria de Reforma do Judiciário

Seus Direitos
Sua Proteção
Sua Segurança

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA 

Justiça em números (CNJ, 2012)

Judiciário brasileiro em 2013: 92 milhões de processos

64 milhões de casos antigos

28 milhões de casos novos

taxa de congestionamento:

-60,0% no conhecimento

-84,4% na execução

Execuções fiscais:



40% de casos antigos

13% de casos novos

taxa de congestionamento

de 89,0%

Os 100 maiores litigantes (CNJ, 2011)

Setor público + bancos + telecomunicações = 95% dos processos entre maiores litigantes

Tabela 2 - Listagem dos cinco maiores setores por Justiça contendo o percentual de processos em relação aos 100 maiores litigantes da Justiça.

Rank	100 maiores Litigantes por Setor e Justiça							
	Nacional		Federal		Trabalho		Estadual	
1	SETOR PÚBLICO FEDERAL	38%	SETOR PÚBLICO FEDERAL	77%	SETOR PÚBLICO FEDERAL	27%	BANCOS	54%
2	BANCOS	38%	BANCOS	10%	BANCOS	21%	SETOR PÚBLICO ESTADUAL	14%
3	SETOR PÚBLICO ESTADUAL	8%	CONSELHOS PROFISSIONAIS	2%	INDÚSTRIA	19%	SETOR PÚBLICO MUNICIPAL	10%
4	TELEFONIA	6%	EDUCAÇÃO	1%	TELEFONIA	7%	TELEFONIA	10%
5	SETOR PÚBLICO MUNICIPAL	5%	SERVIÇOS	1%	SETOR PÚBLICO ESTADUAL	7%	SETOR PÚBLICO FEDERAL	7%

Fonte: Departamento de Pesquisa Judiciárias/ CNJ.

Gráfico 2 – Quantitativo do total de processos dos 100 maiores litigantes nacionais com percentual entre os pólos ativo e passivo.

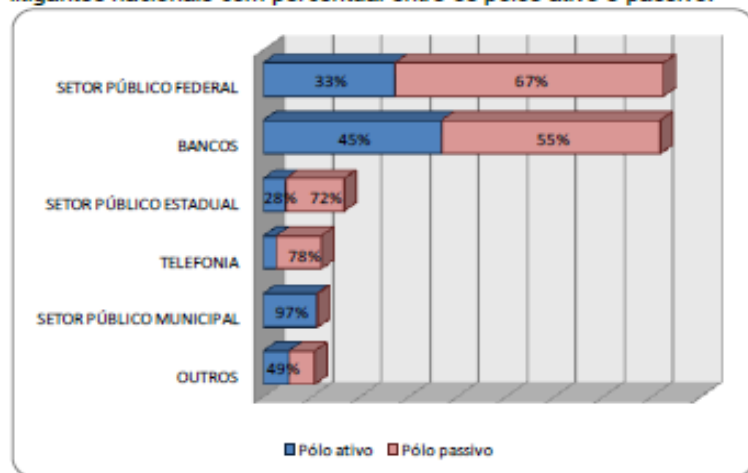


Gráfico 4 – Quantitativo do total de processos dos 100 maiores litigantes da Justiça Federal com percentual entre os pólos ativo e passivo.

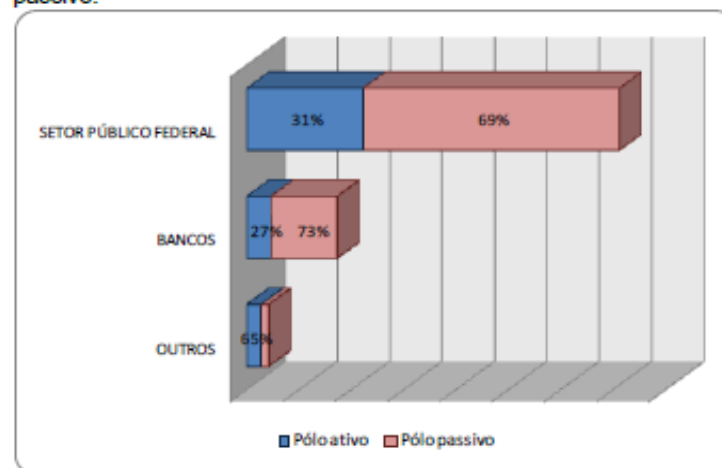


Gráfico 6 – Quantitativo do total de processos dos 100 maiores litigantes da Justiça do Trabalho com percentual entre os pólos ativo e passivo.

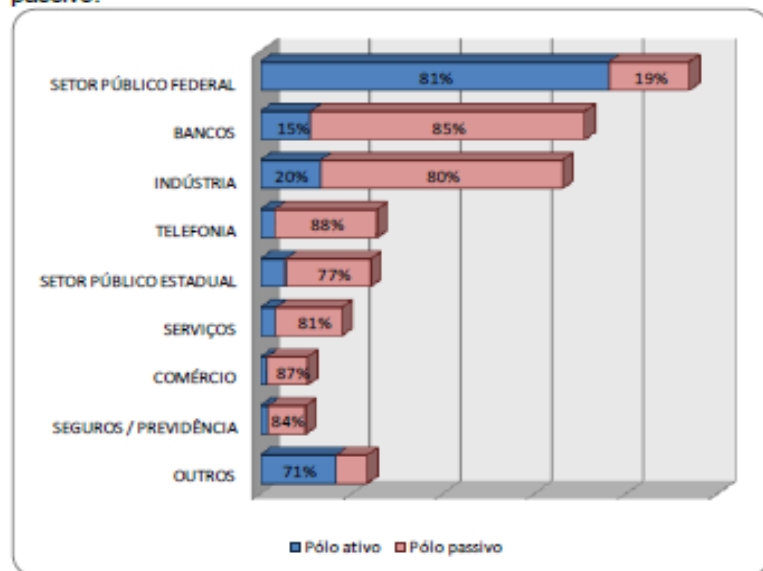
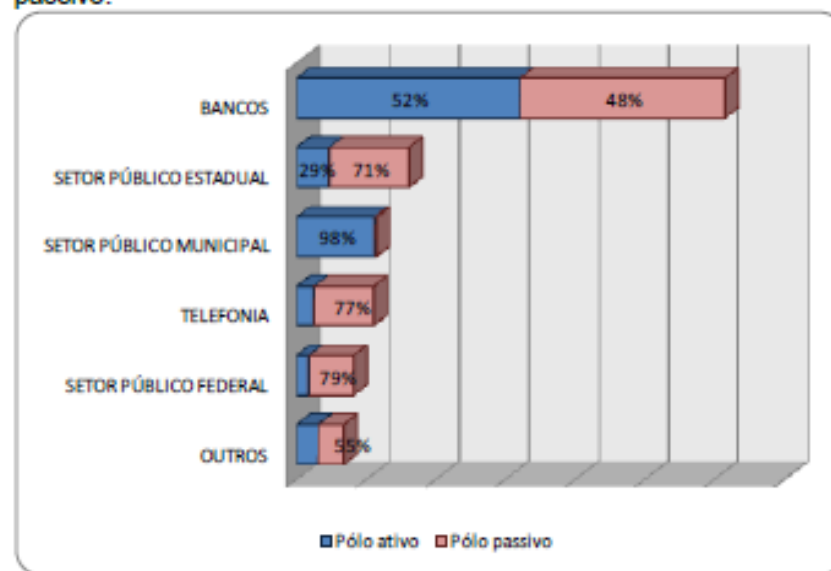


Gráfico 8 – Quantitativo do total de processos dos 100 maiores litigantes da Justiça Estadual com percentual entre os pólos ativo e passivo.



Setor público + bancos + telecomunicações = 95% dos processos dos maiores litigantes do Poder Judiciário

Posição	Setor público	Bancos	Telecom
1º	União	CEF	Brasil Telecom
2º	Estados	BB	Telemar
3º	Municípios	Bradesco	Vivo
4º	INSS	Itaú	Tim
5º	Fazenda	Santander	Claro

Apesar da quantidade de processos judiciais, a maioria das pessoas prefere resolver seus problemas por meio de soluções consensuais

“Em caso de um conflito, como você procura resolver o problema?”	TOTAL	RENDA FAMILIAR		
		Até 2 SM	De 2-5 SM	Mais de 5 SM
1. Procuo por conta própria uma solução amigável, com conciliação	43	37	49	47
2. Procuo um advogado	11	12	10	9
3. Procuo por conta própria o Poder Judiciário, a Justiça	10	8	9	16
4. Procuo a Igreja	9	12	6	6
5. Procuo a delegacia	7	7	7	6
6. Deixo pra lá	7	7	5	5
7. Procuo a Defensoria Pública	5	7	5	3
8. Procuo autoridades na minha comunidade	3	2	3	3
9. Procuo resolver diretamente, se preciso, usando a força	2	3	1	2
10. Outro (espontânea)	1	1	1	0
11. Nenhum destes (espontânea)	2	2	1	1
12. Não sabe / Não respondeu	2	2	2	1

Fonte: FALCÃO, Joaquim. *O Judiciário segundo os brasileiros*. FGV: 2009

Ações da Secretaria de Reforma do Judiciário para ampliação do Acesso à Justiça


- Lei de Mediação (PL 7.169/2014)
- ENAJUD
- Casa de Direitos
- Justiça Comunitária
- Atlas da Justiça
- Escola Nacional de Mediação

Histórico do Projeto de Lei 7.169/14 (Lei de Mediação)

PL 4.827/1998 (Zulaiê Cobra)

PLS 94/2002 (Pedro Simon)

PL 517/2011 (Ricardo Ferraço)

PLS 434/2013
PLS 405/2013  **Substitutivo ao**
PL 517/2011

Lei de Arbitragem

Secretaria de Reforma do Judiciário acompanhou os trabalhos da Comissão do Senado apenas como observadora.

Opinou-se pela separação da Arbitragem e da Mediação em leis distintas, já que são institutos muito diferentes.

A Comissão buscou manter os aspectos positivos da Lei de Arbitragem e trazer algumas inovações, como a Arbitragem em conflitos que envolvam a Administração Pública.

Reduzir o número de processos em que figuram como parte a Administração Pública é uma das frentes de trabalho da SRJ.

OBRIGADO.